



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Interpelação ao Governo do Bloco de Esquerda

“Consequências Orçamentais das parcerias público-privadas e das novas medidas económicas e sociais anunciadas pelo Governo”

Intervenção de abertura de José Manuel Pureza

Um dia depois do debate da moção de censura apresentada pelo Bloco de Esquerda, o Governo anunciou ao país um novo pacote de medidas de austeridade. Começamos por registar o insulto à democracia que foi a ocultação destas medidas ao país por parte do Governo.

Quando este Parlamento discutia os horizontes da governação, o Governo escondeu o seu verdadeiro programa para o país, comprometendo-o à socapa com a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. Está assim a democracia em Portugal no tempo de Sócrates. Está assim a democracia na Europa no tempo de Durão Barroso.

Se grave é este desprezo pela democracia, gravíssimo é o conteúdo económico e social das medidas do Governo. O PEC IV é mais um episódio de uma narrativa sem fim de jogo suicidário contra a economia e o emprego. Sempre em nome

de uma estabilidade dos mercados que nunca vem e de um crescimento que há de vir mas ninguém o vê.

Na verdade, como pode a recessão gerar confiança nos mercados? Como pode o reforço do desemprego gerar crescimento? Tantos directos, tantas entrevistas, tantas declarações cruzadas nos últimos dias e ninguém ouviu do Governo nem do PSD uma palavra, uma ideia que fosse sobre crescimento económico e criação de emprego. A economia é o tabu da agenda recessiva do bloco central.

Virão depois os PEC V, VI e VII - de PEC em PEC até ao fundo final. Por isso, bem pode o Governo ensaiar o discurso heróico da resistência à intervenção estrangeira - ela está aí, pela mão do Governo.

Atente-se no comunicado do Conselho Europeu de sexta-feira. Marcado para discutir a resposta à crise das dívidas soberanas, atacadas pela especulação contra o euro, não dedica uma linha aos desmandos da banca que estiveram na origem do endividamento dos países. Em vez disso, concentra-se na redução dos direitos do trabalho e apresenta um pacto para a destruição das fundações do modelo social europeu.

O que está em campo na Europa, a pretexto do combate a uma crise originada pelo colapso do sistema financeiro, que teve que ser suportado com o dinheiro dos contribuintes, é o assalto aos direitos sociais dos contribuintes. Ao contrário do que quer fazer crer, José Sócrates não é o rosto da resistência a este sadismo social que tomou conta de Bruxelas com escala em Berlim, é o rosto de um Tratado de Lisboa que institui esta capitulação perante a ortodoxia financeira.

Cada PEC que sucede ao anterior deixa-nos mais perto da receita FMI que José Sócrates diz rejeitar.

Ponham os olhos na Grécia e Irlanda, intervencionados pela fúria liberalizadora e recessiva do FMI e de Bruxelas, e vejam os efeitos na economia. A Grécia perdeu quase 10% do produto nos últimos dois anos, a Irlanda tem o maior crescimento do desemprego de toda a União Europeia. Os países intervencionados caem no abismo e nós, de PEC em PEC, seguimo-los fascinados e heroicamente.

Diz o primeiro-ministro que as medidas apresentadas são para diminuir a despesa pública. Como assim? Uma das medidas mais emblemáticas é a brutal redução das

indenizações por despedimento e a constituição de um fundo - financiado, com supremo sadismo, pelos trabalhadores - para garantir os tostões que vão ser necessários para poder despedir a preços de saldo. Que efeito tem essa medida nas contas do Estado? Zero. Nem um cêntimo. Mas é a receita FMI em todo o seu esplendor.

Três dias depois de ter anunciado que pretende congelar as pensões mínimas, de 200 e poucos euros, ficámos a saber que o Governo pretende criar um regime de excepção para a prática do golfe, diminuindo o IVA de 23% para 6%. Decisão mais injusta e um maior sinal de insensatez e de alheamento da realidade não poderia haver.

Quanto ao PSD, depois de ter passado o último ano de mão dada com o Governo, diminuindo salários, reduzindo apoios sociais como o abono de família, aumentando o preço dos medicamentos e os impostos, diz-se agora preocupado com o facto dos portugueses poderem ficar a pão e água. É preciso topete.

Em vez de se concentrar nas críticas aos procedimentos do Governo, como tem feito, era bom saber se o PSD concorda ou não com as medidas apresentadas por Teixeira dos Santos.

Onde o Governo defende o despedimento mais barato, não nos esqueçamos que Passos Coelho defendeu o despedimento livre. Pão e água.

Onde o Governo tem permitido a crescente precariedade no mercado laboral, Passos Coelho apresentou uma proposta para tornar a precariedade a norma em todas as relações laborais. Pão e água.

Onde o Governo congela as pensões mais baixas, Passos Coelho parece esquecido que o Orçamento de Estado que aprovou já defendia o congelamento das pensões. Pão e água.

Pão e água tem sido o programa do Governo, merecendo o apoio do PSD. O problema de Passos Coelho não é a austeridade do pão e água, mas poder continuar este jogo de empurra em que pretende o poder, nem que seja a coberto de uma intervenção do FMI.

Não há inevitabilidades em política, e a escolha feita pelo Governo e materializada neste PEC e nos seus antecessores

tem alternativas. O Bloco de Esquerda aqui está hoje a mostrá-lo. 50 mil milhões de euros comprometidos em parcerias público-privado até 2050 a roubar possibilidades às políticas sociais.

Suportes de rendas garantidas para os grupos privados, com a assunção pelo Estado de todos os riscos e a garantia para os privados de um rendimento certo a que acrescem as derrapagens milionárias, as parcerias público-privado constituem um dos pilares principais do desgoverno económico do país. Por isso, o Bloco de Esquerda vem hoje a esta assembleia apresentar alternativas concretas:

1. A renegociação imediata dos actuais contratos resultantes de PPP cujos encargos e riscos se revelem manifestamente desproporcionados em detrimento da posição do Estado de modo a adequar as taxas internas de rentabilidade à média dos juros da dívida pública relativos ao exercício orçamental anterior;

2. A submissão a visto prévio do Tribunal de Contas de todas as renegociações e alterações relevantes aos contratos de concessão resultantes de PPP;

3. A definição concreta dos limites à renegociação de contratos de PPP já realizados, impedindo alterações arbitrárias à matriz de riscos dos contratos;

4. A suspensão de todos os processos em curso para a contratação de novas PPP.

Por aqui se faz o caminho de justiça na economia advogado por tantos socialistas como, ainda ontem, António Arnaut que disse o que tem que ser dito sobre a deriva suicidária da política dos PEC: “O Governo deve tomar as medidas adequadas, mas tem de saber repartir equitativamente os sacrifícios e isso não tem sido devidamente feito”.

É em nome dessa exigência funda de justiça na economia que o Bloco de Esquerda hoje interpela o Governo. Para pôr em evidência que é o desgoverno das PPP e não os direitos de quem é mais pobre que alimenta os sucessivos PEC. E que tudo o mais são lenga-lengas ideológicas que deitam o país a perder.

